



NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E A COBERTURA MIDIÁTICA:

um estudo comparativo entre os editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e
O Estado de S. Paulo sobre as manifestações de junho de 2013

Maria Elisabete Antonioli

Resumo: Este trabalho apresenta um estudo comparativo entre os editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP) sobre as manifestações ocorridas no país, no mês de junho de 2013, as reivindicações presentes nesses protestos e a posição das autoridades. A *Folha de S. Paulo* publicou, no mês de junho, 16 editoriais a respeito, e o jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou 18. Os referenciais metodológicos escolhidos para esta pesquisa estão amparados na Análise de Conteúdo, em termos quantitativo e qualitativo, conforme os estudos de Laurence Bardin e estudos de Jornalismo Comparado, criado por Jacques Kayser e apresentado no Brasil por José Marques de Melo.

Palavras-chave: editoriais; jornais; jornalismo; manifestações; protestos.

Introdução

O mês de junho de 2013, historicamente, tornou-se emblemático para o Brasil. É conhecido como o “mês das manifestações”, quando eclodiu uma série de atos reivindicatórios conclamados por segmentos sociais no país, por meio de diversas passeatas realizadas, principalmente nas grandes capitais. A primeira grande manifestação que mobilizou cidadãos paulistanos foi em São Paulo, no dia 3 de junho, um dia após o aumento da passagem de ônibus da capital, organizada pelo Movimento Passe Livre (MPL). No dia 6, a

manifestação foi ampliada, houve um confronto com os policiais militares e manifestantes detidos.

A expressão “o gigante acordou” foi utilizada por milhares de pessoas que aderiram às manifestações, e a cidade de São Paulo, após o dia 6 de junho, tornou-se um palco de diversos protestos organizados pelas redes sociais que, por sua vez, tiveram um papel preponderante na comunicação das datas, locais, horários e outras informações pertinentes. Mesmo após o cancelamento do aumento das passagens em São Paulo e no Rio de Janeiro, outras manifestações foram desencadeadas, como: contra a PEC 37, que pretendia limitar o poder de investigação criminal das polícias federal e civil; contra o Projeto “cura-gay”, que permitia o tratamento por psicólogos de pacientes que quisessem "reverter" a homossexualidade; contra a repressão policial, contra a má qualidade dos serviços públicos e até passeatas contra a Rede Globo foram organizadas. Esses protestos ocorreram também em diversas cidades do país como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e a capital, Brasília. Contaram, ainda, com a solidariedade de brasileiros residentes no exterior, que realizaram passeatas em Nova Iorque, Londres, Tóquio, entre outras localidades.

Com a ampliação do número de reivindicações, o número de participantes também aumentou consideravelmente e, somados aos estudantes do Movimento Passe Livre, as manifestações passaram a contar com contingentes de categorias profissionais e com diversos segmentos da população, que apresentaram diferentes reivindicações, além de pessoas que, armadas com barras de ferro, pedras e bombas, entre outros apetrechos, depredaram bancos, lojas, prédios do governo e enfrentaram com ataques a repressão policial.

Ao cobrirem as manifestações, os veículos de comunicação e seus jornalistas e fotógrafos foram vítimas de agressões durante os protestos, como a repórter Giuliana Vallone, da TV Folha, que teve um olho atingido por uma bala de borracha disparada por policiais militares. Na ocasião, Sérgio Dávila, editor-executivo do jornal, afirmou: "A Folha repudia toda forma de violência e protesta contra a falta de discernimento da Polícia Militar no episódio" (2013: *on line*). O fotógrafo Sérgio Silva também foi agredido pela polícia. Após ser atingido por uma bala de borracha, o fotógrafo perdeu a visão do olho esquerdo.

Durante o mês de junho e, nos seguintes, a imprensa sofreu diversos reveses, inclusive com emissoras de televisão que tiveram seus carros incendiados por manifestantes. O cinegrafista da TV Bandeirantes, Santiago Ilídio Andrade, foi morto durante um protesto. Um forte movimento contrário aos veículos de comunicação, até então, nunca visto no País. Assim, a imprensa sofreu duplamente as agressões: pelos policiais, como também por parte de cidadãos.

Em 24 de julho, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) atualizou a lista com os nomes de jornalistas agredidos durante a cobertura das manifestações. Até aquela data tinham sido contabilizados 58 casos contra 57 profissionais em 12 cidades. Em nota oficial, a Abraji afirmou: “Quaisquer tipos de agressões e violações a jornalistas, sejam elas perpetradas pelo estado ou por manifestantes, constituem ofensa violenta ao livre exercício da comunicação. Nenhuma instituição que apoie a democracia pode tolerar conduta deste tipo” (2013: *on line*). Mas as agressões não intimidaram os profissionais da imprensa que, no cumprimento de suas funções, cobriram, incansavelmente, as principais manifestações desencadeadas nos diversos locais do país, relatando a insatisfação da população, principalmente no que se refere às políticas governamentais. Exigências em relação à saúde, à educação e aos transportes foram destaques nesses movimentos sociais e, pela primeira vez, as lideranças do Estado sentiram o poder operado pelas redes sociais, não apenas na disseminação de informações mas, acima de tudo, na arregimentação de cidadãos em causas reivindicatórias. Todos esses acontecimentos foram registrados por jornalistas, que não pouparam esforços para cobrir os eventos sob todos os ângulos. Registros jornalísticos que se traduzem na própria história contemporânea do Brasil e que estiveram presentes em todos os veículos de comunicação.

A cobertura em tempo real foi feita pelo *Mídia Ninja*, pertencente ao coletivo *Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação*, cujos integrantes ficaram conhecidos por cobrirem as manifestações munidos de celulares, diferenciando-se da mídia tradicional. Muitas imagens das manifestações também foram veiculadas por meio das redes sociais e postadas pelos próprios manifestantes.

Emissoras de televisão, rádio, jornais impressos, *sites*, *blogs* e mídias sociais deram destaque às manifestações; e profissionais de diversas áreas, políticos, acadêmicos e outros cidadãos se pronunciaram a respeito, quer seja para apoiarem, quer seja para se posicionarem contrariamente aos protestos.

Os jornais impressos, além das coberturas, também discutiram em seus editoriais as manifestações, as atitudes dos participantes, da polícia, das autoridades e de outros atores que se destacaram. Nesses editoriais, além da questão que desencadeou as primeiras passeatas, ou seja, o aumento da passagem de ônibus na capital paulista, também foram analisados temas que estiveram na pauta dos manifestantes, como saúde e educação e a participação do país como sede da copa, por exemplo.

Nessa perspectiva, este trabalho, ao tratar das manifestações de junho de 2013 e da cobertura da mídia, propõe um estudo comparativo entre os conteúdos presentes nos editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

A metodologia utilizada e a pesquisa efetuada nos jornais

Optou-se pela análise de conteúdo para o estudo comparativo entre os editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* sobre as manifestações ocorridas no país no mês de junho de 2013 e os temas desencadeados a partir desses protestos, levando-se em consideração os estudos de Laurence Bardin (2011), que permitem a utilização de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

A Análise de Conteúdo foi desenvolvida no princípio do século passado nos Estados Unidos. Conforme Bardin (2011), durante cerca de quarenta anos, o material utilizado era essencialmente jornalístico e a Escola de Jornalismo de Columbia foi a primeira a apresentar estudos quantitativos de jornais.

Professora de Psicologia na Universidade de Paris V, Bardin aplicou as técnicas de Análise de Conteúdo nos estudos das comunicações de massas. Como método empírico, a Análise de Conteúdo prevê duas técnicas: a quantitativa e a qualitativa. No campo quantitativo, é verificada a frequência da informação. No qualitativo, é analisada a presença ou ausência de uma característica do conteúdo. Para Bardin (2011), a análise de conteúdo de mensagens deveria ser aplicada a todas as formas de comunicação.

A partir dessa análise, foi possível, então, utilizar os procedimentos de jornalismo comparado, criado por Jacques Kayser (1953), cujos principais seguidores nos Estados Unidos foram Wilbur Schramm, Wayne Wolf, Paul Deutschmann e James Markham.

Jacques Kayser também disseminou na América Latina esses estudos, que destacam as comparações entre veículos. No Brasil, foram de José Marques de Melo os primeiros estudos de jornalismo comparado. De acordo com o autor:

Partindo do princípio de que os estudos sobre a imprensa já vinham sendo realizados por sociólogos, psicólogos e educadores, com visíveis contribuições para as ciências sociais, Jacques Kayser preocupou-se com a realização de pesquisas que pudessem servir aos profissionais da própria imprensa, em sua atividade noticiosa (MARQUES DE MELO, 2006, p. 204).

É de Marques de Melo (2006), ainda, importante pesquisa realizada em 1987, tendo em vista o período de transição democrática no Brasil e Espanha, cujo objetivo principal foi o de analisar o papel dos meios de comunicação nesse processo. Carlos Eduardo Lins da Silva (1991) também trabalhou com esses procedimentos, ao tratar da influência americana sobre o jornalismo brasileiro e ao comparar o jornalismo praticado nesses dois países. Muitas teses, dissertações e diversos trabalhos empregam o jornalismo comparado como procedimento de pesquisa entre conteúdos presentes em veículos de comunicação.

A escolha dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* ocorreu em função da representatividade que ambos têm no Estado de São Paulo, assim como nacionalmente.

Foram percorridas as três fases previstas na Análise de Conteúdo: pré-análise, exploração do material e análise e interpretação dos resultados.

Na pré-análise, foram identificados os editoriais em que as manifestações, os temas desencadeados pelos protestos e a posição das autoridades foram objeto de análise e opinião. Foram categorizadas as palavras: manifestações, protestos, passeatas e movimentos de rua, para a identificação dos editoriais.

Na *Folha de S. Paulo* foram registrados 16 editoriais, sendo que em dois números foram publicados dois editoriais, perfazendo um total de 14 dias. No caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, foram publicados 18 editoriais em 14 dias. Portanto, verifica-se a publicação de dois a mais por parte do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Para a exploração do material e para a análise e interpretação dos resultados dos editoriais publicados pelos dois jornais, foi efetuada a seguinte categorização: 1. aspectos positivos e negativos evidenciados nas manifestações e em relação às atitudes tomadas pelos policiais e governos frente os acontecimentos. 2. Temas abordados, vinculados às manifestações.

Sobre os editoriais publicados no jornal *Folha de S. Paulo*

O primeiro editorial do jornal *Folha de S. Paulo* (*FSP*), publicado em 13 de junho, foi radicalmente contrário às manifestações, particularmente em relação ao terceiro protesto promovido pelo Movimento Passe Livre (MPL) na av. Paulista. Logo no início, o texto registra que a avenida vital de São Paulo, no caso a av. Paulista, se tornou território preferido de protestos abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público. Sobre o MPL, que o editorial trata também como “grupelho”, consta a seguinte afirmação: “São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.” A respeito da reivindicação de reversão do aumento da tarifa de ônibus e metrô, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, segundo o mesmo editorial, abaixo da inflação, era um pretexto dos mais vis. Diz: “No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei.” Em relação aos manifestantes encapuzados, o texto afirma: “justificam a

violência como suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação.”

Se o primeiro editorial foi totalmente contrário às manifestações, o segundo, datado em 15 de junho, foi totalmente contra a Polícia Militar. No texto, afirma-se que, no quarto protesto, “a responsável maior pela violência passou a ser a própria PM”, e os policiais são citados como agentes do caos e da truculência. Exatamente no quarto protesto é que jornalistas e fotógrafos foram atingidos com cassetetes, bolas de borracha e gás lacrimogêneo. Há o registro de que sete jornalistas da *Folha* foram atingidos, sendo que quatro deles com bala de borracha, dando destaque à jornalista Giuliana Vallone, que foi alvejada no olho, como já foi mencionado anteriormente.

O editorial do dia 19 já não acusa o MPL, como aquele publicado seis dias antes, em 13 de junho. Ao contrário, afirma que “um equívoco comum foi subestimar a ressonância que o Movimento Passe Livre (MPL) poderia alcançar no meio social.” Ao condenar os atos de vandalismo, e asseverar que os protestos deveriam obedecer a regras e itinerários negociados previamente com a polícia, consta: “de resto, as marchas são representativas da democracia brasileira.”

As atitudes da presidente Dilma Rouseff, durante esse período, foram objeto de análise de sete editoriais. O primeiro, no dia 18, comenta sobre as vaias que ela recebeu no estádio Mané Garrincha, na Copa das Confederações, justamente na mesma semana em que se espalharam, pelo país, os protestos contra o aumento do preço dos transportes. De acordo com o texto, “são fortes os sinais de que se rompe a bolha de otimismo que levou Dilma ao Planalto.”

No dia 20 de junho, outro editorial publicado mencionou a revogação do aumento das tarifas de ônibus e metrô da cidade de São Paulo e Rio de Janeiro e, em relação ao MPL, como “uma vitória indiscutível.” Está registrado: “O movimento adquiriu tamanha repercussão no tecido social que ceder já se tornava imperativo de bom-senso.” Já com relação à presidente, menciona: “Ironicamente, para uma administração que conta com índices de popularidade ainda altos, embora em queda, também o governo da presidente Dilma

Roussef (PT) se viu atingido por um sentimento de insatisfação difuso, expressado nas maiores cidades do país.”

Já o editorial do dia 23 destaca positivamente as atitudes da presidente frente às manifestações. Discernimento, equilíbrio, firmeza e disposição para melhorar foram adjetivos atribuídos a ela diante da situação. Mesmo que tenha sido publicado que a presidente nada anunciou de concreto, também foi mencionado que: “indicou a intenção de aumentar a transparência das instituições e os mecanismos de controle público.” No dia 24 de junho, um outro editorial, que tratou dos investimentos públicos e criticou a economia, se referiu às pressões enfrentadas pela presidente e à necessidade de, “de um lado, restaurar a abalada credibilidade de sua política econômica; de outro, deslanchar ações convincentes para responder às demandas que emergem dos protestos de rua.”

Apesar de o editorial do dia 23 trazer elogios à presidente, o publicado no dia 26 apresentou críticas a ela. Embora seu pronunciamento na TV tenha sido classificado como firme e sereno, os projetos da presidente apresentados na reunião ocorrida com governadores e prefeitos foram classificados como compromissos vagos e, ainda, conforme o texto, o lançamento de duas ideias mirabolantes: “a convocação, por plebiscito, de uma constituinte exclusiva para a reforma política e a inclusão da corrupção entre os crimes hediondos, tornando-se inafiançável, com pena inicialmente em regime fechado e progressão dificultada.”

O editorial do dia 27 mencionou as atitudes tomadas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Congresso Nacional pautadas pelos protestos. Com relação ao Supremo Tribunal Federal, o exemplo foi a condenação à prisão imediata do deputado federal, Natan Donadon, por desvios na Assembleia Legislativa de Rondônia nos anos de 1990. Ao Congresso Nacional, pela votação e rejeição da PEC 37. Também se reportou à presidente Dilma, ao questioná-la se não seria o caso de reduzir o número de ministérios. Ainda consta a seguinte afirmação: “Se o governo federal quisesse dar um sinal ainda mais claro de que ouviu os manifestantes, poderia sepultar o trem-bala ligando São Paulo e Rio de Janeiro.” O sétimo, e

último que se referiu à presidente Dilma Rousseff, no dia 30, mencionou sua queda de popularidade e afirmou que o governo federal foi atingido pelas manifestações.

Alguns editoriais trataram de temas discutidos nas manifestações, como o transporte, a saúde e a educação. Em 22 de junho, um longo editorial discute uma demanda inicial das manifestações: a revogação do aumento das tarifas dos ônibus e metrô e, para tanto, traz uma série de propostas para a melhoria do transporte paulistano. O do dia 25, que também trata do transporte paulistano, informa que a aprovação de criação de uma CPI para investigar o setor de transportes público da capital seria uma excelente oportunidade “para dar uma primeira resposta às marchas que paralisaram a cidade.” Um outro, datado no dia 30, afirma que a questão da precariedade do transporte público deve ser tratada “com planejamento e ações coordenadas dos diversos níveis de governo.” Assim como o transporte foi pauta de um longo texto, a educação e a saúde também o foram. O editorial do dia 29 de junho tratou dessas questões e afirmou ser animador que “a melhoria da educação e da saúde públicas tenha encontrado espaço entre as bandeiras.”

No dia 28 de junho, o jornal *Folha de S. Paulo* apresentou dois editoriais que, embora não tratassem diretamente das manifestações, fizeram menção a elas. Um deles traz uma crítica à política do ministro Guido Mantega, bem como ao seu depoimento à Comissão de Finanças da Câmara e, ainda, afirma: “Mantega exagera ao dizer que protestos não tomam por alvo a política econômica, que é pano de fundo da insatisfação e desconfiança.” Outro, tece comentários sobre a sabatina da *Folha/UOL* com membros do Movimento Passe Livre, ocorrida no dia anterior. Está registrado que os entrevistados dedicaram suas intervenções apenas ao transporte público gratuito e empenharam-se em “ostentar um movimento desatrelado de partidos políticos e em resguardar sua autonomia.”

Sobre os editoriais publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*

Assim como a *Folha de S. Paulo*, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em seu primeiro editorial, datado em 13 de junho, condenou o protesto ocorrido na av. Paulista: “o

vandalismo que tem sido a marca do protesto organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL)”, uma mistura de grupos radicais os mais diversos, só tem feito aumentar.” Segundo o editorial, “a PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo.”

O segundo editorial, publicado no dia 15, afirmou que foi a manifestação mais violenta, tendo em vista a insistência dos integrantes em ocupar a av. Paulista, que as autoridades decidiram manter livres, e pela Polícia Militar que foi mais dura durante esse protesto. Afirmou, também, que muitas pessoas que não tinham nada a ver com os protestos e saíam de seus trabalhos, como também alguns jornalistas, foram atingidas. Mesmo assim, o editorial afirma que a polícia precisa agir com muito rigor ”porque, sobretudo, as grandes cidades como São Paulo e Rio não podem ser entregues ao descontrole da violência.” O editorial ainda faz uma crítica ao prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, “que ora se diz aberto ao diálogo com quem quer tarifa zero, ora diz que não recua do aumento, ora condena o vandalismo dos manifestantes, ora alega que tem havido excesso da PM.”

No dia 19 de junho, o jornal se referiu ao transcurso dos entusiastas das manifestações. O veículo comentou que a brutalidade da polícia, que se seguiu aos atos de vandalismo na capital paulista, acirrou a indignação e deu nova motivação para as pessoas irem às ruas. Também mencionou que o lado bom das jornadas dos últimos dias, além do caráter geral pacífico das manifestações, foi a preocupação com o País. O editorial do dia 20 traz uma crítica ao governador Geraldo Alckmin pela desorientação da Polícia Militar durante a manifestação ocorrida e uma crítica mais contundente à presidente Dilma Rousseff, que, segundo o editorial, se apequenou diante de aliados, adversários e opinião pública e foi buscar auxílio a seu marqueteiro, João Santana, e ao ex-presidente Lula.

No dia 21, o editorial que tratou da revogação do aumento das tarifas públicas de São Paulo e Rio de Janeiro afirma que a qualidade do transporte continuará péssima e questiona os detentores do poder: “se eles se dispõem a investir bilhões para fazer uma Copa com o “padrão Fifa”, por que não adotam o mesmo critério, com a mesma urgência, para melhorar os serviços públicos?” Na edição do dia 22, que cita a manifestação de Brasília, o

texto afirma que “os cidadãos comuns tornaram-se duplamente refêns: dos baderneiros que desdenham das exortações da maioria ao pacifismo e do costumeiro descontrole das tropas mobilizadas para reprimi-los. “

Críticas em relação aos gastos com a Copa do Mundo foram publicadas no dia 23. O editorial registra que os manifestantes “[...] contestam a decisão oficial de bancar a qualquer custo a realização da Copa das Confederações, do Mundial de 2014 e da Olimpíada no Rio de Janeiro em 2016.” Sobre a revogação do aumento das tarifas do transporte de São Paulo, o editorial do 24 de junho apresenta as consequências oriundas desse ato e menciona que trajetos deverão ser encolhidos, de acordo com o interesse dos usuários e não das empresas, como acontece atualmente. Posição do veículo: resta saber se Haddad resistirá à pressão das empresas. Ainda com relação aos transportes, o editorial do dia 26 comenta a necessidade de transparência nos contratos entre a Prefeitura e as empresas concessionárias dos serviços e se posiciona favoravelmente à instalação de uma CPI para verificar os gastos da Prefeitura com as concessionárias.

Além do editorial do dia 20, a presidente Dilma foi criticada em outros seis editoriais. No primeiro, o do dia 25, reafirma os direitos das reivindicações e menciona, também, que duas semanas de manifestações “obrigaram a presidente Dilma Rousseff a legitimar a rua como interlocutora do governo [...]” E ainda: “Só que o Estado não pode ser voluntarista – e quando assim se comporta proporciona um espetáculo de oportunismo, se não de hipocrisia, que não engana ninguém.” Cita também que o Executivo e o Congresso, a partir do pronunciamento de Dilma, iniciaram uma “sôfrega carreira” para mostrar o serviço cobrado pelas multidões. Um dos editoriais publicados no dia 26 também faz uma crítica à presidente em relação à apresentação de uma proposta para uma reforma política para plebiscito popular para a convocação de uma Assembleia Constituinte. Nos dias 27, 28 e 29, os editoriais voltam a atacar a presidente Dilma em função da proposta de uma Assembleia Constituinte.

A edição do dia 30 contou com três editoriais. Um deles traz uma crítica ao governo, ao ex-presidente Lula e ao Partido do Trabalhadores. Dentre as afirmações

presentes, consta: o “lulopetismo alterou em seu benefício o equilíbrio entre os Poderes da República ao impor o fisiologismo como moeda corrente da vida pública nacional. Despolitizou o parlamento. O resultado está nas ruas.” Outro, sobre a rejeição da PEC 37, afirma que a emenda foi rejeitada “porque assustados com os protestos em todo o País, os parlamentares estão agindo precipitadamente para dar respostas ao clamor das ruas.” Finalmente, o terceiro, trata das iniciativas que o prefeito Haddad tomou para tratar da questão do transporte público. O editorial comenta, ainda, que se houver a instalação de uma CPI que poderá dar pontos ao prefeito.

Considerações finais

O estudo comparativo entre os editoriais publicados pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* permite observar que os dois veículos mantiveram posições semelhantes em relação às manifestações e aos atores envolvidos.

Os primeiros editoriais dos dois jornais condenaram veementemente a manifestação ocorrida na av. Paulista, no dia 12 de junho, com fortes acusações aos membros do Movimento Passe Livre, mantendo, assim, uma posição indiferente à reivindicação pela redução do aumento das passagens do transporte público da capital paulista e não compreendendo o ato como uma oportunidade para discutir a questão, como acabou ocorrendo mais tarde. Entenderam esse protesto como um fenômeno isolado e se preocuparam, apenas, com as consequências que a interdição da av. Paulista trouxe para o tráfego da cidade e para a mobilidade da população no dia da passeata. Não foram sensíveis à mensagem do MPL e o ignoraram do ponto de vista reivindicatório. Ainda, não foram apenas favoráveis à ação dos policiais, como também cobraram rigor na repressão.

No editorial seguinte, embora o *Jornal O Estado de S. Paulo* tenha afirmado que deveria haver esforço para entender o que se passava, manteve sua posição contrária aos manifestantes, exigindo rigor da polícia. Entretanto, no terceiro, passou a criticar a ação violenta da polícia. Já a *Folha de S. Paulo* alterou seu posicionamento em relação ao primeiro editorial e, no segundo, condenou a ação da polícia militar durante o protesto ocorrido no dia 14 de junho. Coincidentemente, foi nessa manifestação que os jornalistas e fotógrafos sofreram agressões por parte dos policiais e, a partir dessa data, outros registros de investidas continuaram a acontecer tanto aos profissionais da imprensa quanto aos cidadãos comuns. Observa-se que, quando os profissionais dos próprios veículos de comunicação sofreram ataques da Polícia Militar, o discurso presente no editorial em relação à conduta dos policiais mudou radicalmente.

Outra questão que merece ser registrada é que, com o decorrer das manifestações, os dois jornais, por meio de seus editoriais, que inicialmente se posicionaram contrariamente ao protesto do MPL na av. Paulista, acabaram por discutir as reivindicações presentes nas manifestações, distanciando-se do que tinham publicado anteriormente. As apurações foram mais detalhadas, foi concedido um maior espaço para matérias, com diversas primeiras páginas e, conseqüentemente, houve uma aproximação dos veículos com os temas pautados durante as manifestações. Os jornais passaram a ouvir as ruas, e seus editoriais também se apropriaram do clamor dos cidadãos para discutir os pleitos desencadeados nas passeatas.

O MPL já não era considerado um “grupelho” e com jovens predispostos à violência, como a *Folha de S. Paulo* chegou a afirmar, mas, como o próprio jornal publicou em outra edição, foi um equívoco subestimar a ressonância do Movimento. Posteriormente, também *O Estado de S. Paulo* utilizou o termo “grupelho”, mas com o objetivo de caracterizar os grupos que se juntavam ao MPL para destruir o patrimônio público e privado. Entretanto, é importante frisar que as atitudes de vandalismo que se tornaram constantes e crescentes durante as manifestações sempre foram condenadas pelos dois jornais. Contudo, com a evolução das passeatas, os jornais passaram a criticar somente os protagonistas das cenas de vandalismo, fazendo uma distinção entre esses e aquelas pessoas que, pacificamente, participavam dos atos, como o exemplificado em relação ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Com relação à Polícia Militar, ocorreu a mesma situação. Os jornais passaram a acompanhar a ação dos policiais e a criticar os excessos, quando ocorriam, e, como ficou bastante claro, estes foram muitos.

A presidente Dilma Rousseff não foi poupada pelos jornais em diversos editoriais. Nota-se que a *Folha de S. Paulo* manteve um tom mais brando, inclusive com um editorial favorável a ela. Entretanto, *O Estado de S. Paulo* foi mais contundente em seu julgamento e, no último, incluiu o ex-presidente Lula. O prefeito Fernando Haddad e o governador Geraldo Alckmin também foram citados em editoriais, embora este último com uma crítica mais amena. Das críticas desse jornal à presidente, verifica-se que a mais forte foi a da proposta

por plebiscito de uma Assembleia Constituinte, com quatro publicações. A *Folha de S. Paulo* chegou a tratar a proposta como uma ideia “mirabolante” da presidente.

Saúde, educação e transporte foram objeto de discussões nos editoriais e, nesse sentido, ressaltam-se positivamente os publicados pela *Folha de S. Paulo*, que, além de discutir os temas, apresentaram propostas, contribuindo, assim, com o debate público. A narrativa essencialmente opinativa dos editoriais, nesses casos, ofereceu espaços para proposituras. No caso do transporte, motivo inicial das passeatas promovidas pelo MPL, os dois jornais também foram favoráveis à aprovação de uma CPI para investigar o setor de transportes públicos da capital.

Para finalizar, é importante mencionar, também, que as manifestações sociais iniciadas no mês de julho de 2013 despertaram na população brasileira uma mobilização em direção às reivindicações de direitos básicos dos cidadãos, e essas questões, discutidas também nos editoriais dos jornais, contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento da sociedade brasileira, fato que só é possível ocorrer em governos democráticos como o nosso.

Referências

ABRAJI atualiza lista com violações contra comunicadores durante manifestações. **Abraji – Associação brasileira de jornalismo investigativo**. 24/07/13. Disponível em: http://abraji.org.br/?id=90&id_noticia=2570. Acesso em: 28 jul 2013, 16:30:30.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

LIMA, Venício A. de. **Teoria e debate**. Ed. 113, 19 junho 2013. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/colunas/midia/manifestacoes-de-junho-e-midia#sthash.m45OYLnt.dpuf>. Acesso em: 28 out 2013, 15:00:20.

REPÓRTER da TV Folha é atingida no olho por bala de borracha durante protesto em SP. **UOL**. 13/06/2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/reporter-da-tv-folha-e-atingida-no-olho-por-bala-de-borracha-durante-protesto-em-sp.htm>. Acesso em: 13 jun 2013, 15:40:40.